



# CONCURSO PÚBLICO

## POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ

---

### INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL – TIPO B

---

FRASE: Brasil, de amor eterno seja símbolo.  
(Transcrever a frase acima para a folha de resposta)



#### SUA PROVA

- Além deste caderno de prova contendo 100 (cem) questões do tipo objetiva e 4 (QUATRO) do tipo discursiva, você receberá uma folha de resposta destinada às questões objetivas e um caderno de texto definitivo, destinado às respostas das questões discursivas.



#### TEMPO

- 6 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas e inclusão de respostas no caderno definitivo de textos.
- 3 horas** após o início da prova será possível retirar-se do local de realização das provas.
- 60 minutos** após o início da prova será possível retirar-se da sala aplicação de prova.



#### NÃO SERÁ PERMITIDO:

- não utilizar máscaras de proteção facial sobre o nariz e boca durante toda a permanência no local de aplicação, devendo cumprir, obrigatoriamente, com todos os cuidados individuais de higiene recomendados para a prevenção do contágio da Covid-19, sob pena de ser eliminado do Concurso.
- durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo.
- portar durante a realização das provas equipamentos como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, Ipad, Ipad, tablets, smartphones, MP3, MP4, receptor, gravador, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, etc.
- ao candidato levar consigo seu caderno de prova, em hipótese alguma.
- levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala.
- usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



#### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o cargo deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Caso tenha recebido o caderno de prova com cargo diferente do impresso em sua folha de respostas e em seu caderno de texto definitivo, o fiscal deve ser obrigatoriamente informado para o devido registro na ata da sala, sendo de inteira responsabilidade do candidato a omissão ou a não conferência de seus dados no caderno de prova, na folha de respostas e no caderno de texto definitivo.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas e o caderno de texto definitivo.
- Assine seu nome, nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta cor azul ou preta, confeccionada em material transparente.
- Marque seu tipo de prova em sua folha de respostas. A ausência dessa marcação acarretará a atribuição de nota igual a zero ao candidato, conforme rege o edital do concurso.
- Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento da sua folha de respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nesse documento.
- O IDECAN realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, você deverá, obrigatoriamente, entregar sua folha de respostas e o seu caderno de texto definitivo, devidamente preenchidos e assinados, bem como este caderno de prova, ao fiscal da sala.
- A capa do caderno de texto definitivo deverá ser destacada pelo fiscal da sala, quando lhe entregue pelo candidato.
- Durante a realização das provas, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos deverá ser acomodado embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização das provas e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação suas folhas de respostas, e seus cadernos de texto definitivo e de provas.

Preencha manualmente:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para as questões 1 a 10:

**Policiais assassinados no Brasil são negros na maioria**

No ano passado, 194 policiais foram assassinados no país, e 63% deles eram negros.

Para Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a ideia de que policiais são heróis os deixa mais vulneráveis e contribui para o aumento no número de mortes.

“Eles tendem a reagir a qualquer situação por causa da ideia fantasiosa de que se é policial 24 horas por dia.”

Mesmo em um ano com menor circulação de pessoas nas ruas, devido à pandemia, a quantidade de mortes de agentes de segurança pública cresceu 13% no país em relação a 2019.

Segundo o último anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 7 a cada 10 mortes ocorreram fora do horário de trabalho dos policiais. Eles foram mortos em passeios, no trajeto de ida e volta da corporação ou quando faziam serviços paralelos, os “bicos”, ilegais, mas realizados para complementar a renda.

A reportagem ouviu um policial militar que atua no Rio de Janeiro há 20 anos.

“Entrei por querer estabilidade, depois me apaixonei pela profissão”, diz ele, que pediu para não ser identificado.

O PM criticou o treinamento dado pela corporação: “O policial acaba aprendendo na rua”, diz. E reclamou da falta de apoio jurídico, do Estado, da sociedade e dos superiores ao trabalho do policial.

Sobre o fato de negros serem as maiores vítimas da violência, ele descarta preconceito. Na sua visão, ocorre porque a maioria da população é de pessoas negras. “Policial não escolhe criminoso.”

Para a socióloga Paula Poncioni, pesquisadora da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), falhas de formação são um dos fatores que explicam o desempenho policial. “Muitas vezes, há um currículo ajustado à matriz nacional, mas não há professores qualificados, as aulas são recheadas de preconceitos”, diz a autora de “Tornar-se Policial” (Editora Appris).

A letalidade policial, para Poncioni, decorre de uma sociedade “muito violenta e muito hierárquica”. Ela afirma que a polícia mata mais no Brasil por representar o pensamento geral da sociedade, refletido na composição dos governos que administram as polícias.

“A formação profissional está eivada de crenças, valores e preconceitos de um sistema de representação sobre o que é polícia, o que é criminoso, o que é mulher, o que é o menor e o que é o negro”, aponta.

O ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo, Elizeu Soares Lopes, diz considerar a formação da polícia muito boa, mas ressalva que é preciso reforço. “Insistimos na necessidade de ações formativas em direitos humanos. A qualificação e a requalificação permanente dos quadros da polícia são fundamentais, seja ela civil, militar ou técnico-científica.”

Hoje, a matriz curricular que define as regras para a formação de policiais no Brasil está em sua segunda versão, editada em 2014, no governo Dilma Rousseff (PT). Nela, o Ministério da Justiça orienta as ações formativas dos profissionais. Na grade dos cursos há, por exemplo, determinação para que os aspirantes tenham acesso a um módulo de 14 horas de aulas sobre diversidade étnico-racial.

Procurado, o Ministério da Justiça não respondeu.

(Anelise Gonçalves, Marcelo Azevedo, Matheus Rocha, Paulo Eduardo Dias, Paulo Ricardo Martins e Vitor Soares. Folha de S.Paulo, 1º ago.2021.)

1. Para a socióloga Paula Poncioni, pesquisadora da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), falhas de formação são um dos fatores que explicam o desempenho policial. (linhas 16 e 17)

O ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo, Elizeu Soares Lopes, diz considerar a formação da polícia muito boa, mas ressalva que é preciso reforço. (linhas 24 e 25)

Pela leitura dos períodos acima, é correto concluir que

- A) há mais de uma pesquisadora na UFRJ e mais de um ouvidor na Polícia do Estado de São Paulo.
- B) no primeiro período, o tom é impressionista; no segundo, argumentativo.
- C) no primeiro período, há um fato narrado; no segundo, uma opinião defendida.
- D) o primeiro período, diferentemente do segundo, se constrói com apontamento de causalidade.
- E) ambos os períodos se constroem por mecanismos antitéticos.

2. Em relação às corretas inferências da leitura do texto, analise as afirmativas a seguir:

- I. Em 2020, ocorreu uma contradição entre o cenário de pandemia e a escalada da morte de agentes policiais.
- II. Uma das ideias apresentadas é que não há preconceito no país, em que o argumento para comprová-lo é que morrem mais negros por serem maior percentual da população.
- III. No contexto social brasileiro, a morte dos policiais ocorre por ações provocadas por elementos externos a eles.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.



CARGO: INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL – TIPO B

3. “Muitas vezes, há um currículo ajustado à matriz nacional, mas não há professores qualificados, as aulas são recheadas de preconceitos”, diz a autora de “Tornar-se Policial” (Editora Appris). (linhas 17 e 18)

Assinale a alternativa em que, alterando-se o segmento sublinhado no período acima, se tenha mantido correção gramatical, independentemente da mudança de sentido.

- A) não deve-se encontrar professores qualificados
- B) não hão de existir professores qualificados
- C) não poderão haver professores qualificados
- D) não deveria existir professores qualificados
- E) não deviam-se encontrar professores qualificados

4. No ano passado, 194 policiais foram assassinados no país, e 63% deles eram negros. (linha 1)

Assinale a alternativa em que, alterando-se o segmento sublinhado no período acima, **NÃO** se tenha mantido correção gramatical. Não leve em conta as alterações de sentido.

- A) e 0,98% deles se dizia negro
- B) e 1,89% da população se diziam negros
- C) e um quinto se dizia negro
- D) e 42% da população se dizia negra
- E) e dois sétimos deles se diziam negros

5. “A formação profissional está eivada de crenças, valores e preconceitos de um sistema de representação sobre o que é polícia, o que é criminoso, o que é mulher, o que é o menor e o que é o negro”, aponta. (linhas 22 e 23)

Pela sequência sublinhada no período acima, os termos *polícia*, *criminoso*, *mulher*, *menor* e *negro* são, respectivamente,

- A) adjetivo, adjetivo, adjetivo, substantivo, substantivo.
- B) adjetivo, adjetivo, adjetivo, adjetivo, adjetivo.
- C) substantivo, substantivo, substantivo, adjetivo, adjetivo.
- D) substantivo, substantivo, substantivo, substantivo, substantivo.
- E) substantivo, adjetivo, substantivo, adjetivo, substantivo.

6. O segmento *Sobre o fato de negros serem as maiores vítimas da violência* (linha 14) desempenha o papel sintático de

- A) complemento nominal.
- B) objeto indireto.
- C) adjunto adverbial.
- D) adjunto adnominal.
- E) objeto direto.

7. *Para Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, a ideia de que policiais são heróis os deixa mais vulneráveis e contribui para o aumento no número de mortes. (linhas 2 e 3)

Se representarmos o segmento sublinhado no período acima pelo código {>X [X(Xy(Xy))]}, o código para o segmento *Para a socióloga Paula Poncioni, pesquisadora da UFRJ* (linha 16) manterá a mesma lógica se composto da seguinte forma:

- A) {>X [Xy]}.
- B) {>Xy [X(Xy)]}.
- C) {>X [X(yX)]}.
- D) {>XX [Xy(Xy)]}.
- E) {>XX [X(X)]}.

8. “A formação profissional está eivada de crenças, valores e preconceitos de um sistema de representação sobre o que é polícia, o que é criminoso, o que é mulher, o que é o menor e o que é o negro”, aponta. (linhas 22 e 23)

A palavra sublinhada no período acima está vinculada ao campo semântico de

- A) quantidade.
- B) intensidade.
- C) impureza.
- D) cristalinidade.
- E) origem.

9. Assinale a alternativa em que o termo indicado desempenhe função sintática idêntica à de *ilegais* (linha 9).

- A) policial (linha 4)
- B) devido à pandemia (linha 5)
- C) dado pela corporação (linha 12)
- D) pesquisadora da UFRJ (linha 16)
- E) editada em 2014 (linhas 27 e 28)

10. Na grade dos cursos há, por exemplo, determinação para que os aspirantes tenham acesso a um módulo de 14 horas de aulas sobre diversidade étnico-racial. (linhas 28 a 30)

Assinale a alternativa em que o termo sublinhado no período acima esteja corretamente flexionado no plural.

- A) étnicos-raciais
- B) étnico-raciais
- C) étnicorraciais
- D) etnicorraciais
- E) étnicos-racial



**INFORMÁTICA**

11. Um inspetor lotado na Polícia Civil digitou um texto no editor Writer da suite LibreOffice 7.1.4.2 (64bits) versão pt-BR, tendo realizado os procedimentos listados a seguir:

# Inspetor

- I. Inseriu a citação `"inspetor de polícia"`, por meio de um recurso que possibilita criar formas de texto personalizadas, com efeitos artísticos.
- II. Selecionou a citação "inspetor de polícia" em letras minúsculas, e executou um atalho de teclado por três vezes seguidas, o que resultou na exibição da mesma citação como "INSPETOR DE POLÍCIA", em letras maiúsculas.

O recurso utilizado em I e o atalho de teclado executado em II são, respectivamente,

- A) Fontwork e Ctrl+F3.
- B) Fontwork e Shift+F3.
- C) Fontwork e Alt+F3.
- D) Drawwork e Shift+F3.
- E) Drawwork e Ctrl+F3.






12. Os sistemas operacionais Windows da Microsoft oferecem uma grande quantidade de atalhos de teclado que facilitam o uso dos recursos. No Windows 10 BR, as funções de dois desses atalhos são detalhadas a seguir:

- I. Abrir o menu Iniciar. Como alternativa, obtém-se o mesmo resultado ao pressionar exclusivamente a

Tecla do logotipo do Windows 

- II. Abrir a janela de diálogo **Configurações**. Essa ferramenta é bem semelhante ao Painel de Controle, mas com uma interface bem mais "clean" e adaptada ao estilo visual minimalista do Windows 10.

Os atalhos descritos em I e em II são, respectivamente,

- A) Ctrl+Esc e Tecla do logotipo do Windows  + I.
- B) Ctrl+Del e Tecla do logotipo do Windows  + I.
- C) Ctrl+Esc e Tecla do logotipo do Windows  + U.
- D) Ctrl+Del e Tecla do logotipo do Windows  + C.
- E) Ctrl+Esc e Tecla do logotipo do Windows  + C.

13. Um servidor da Polícia Civil do Ceará, que exerce as funções de inspetor, está trabalhando em um microcomputador com Linux. Embora os sistemas operacionais utilizem interfaces gráficas, com o uso de janelas e do mouse, algumas vezes é necessário utilizar o sistema em modo texto.

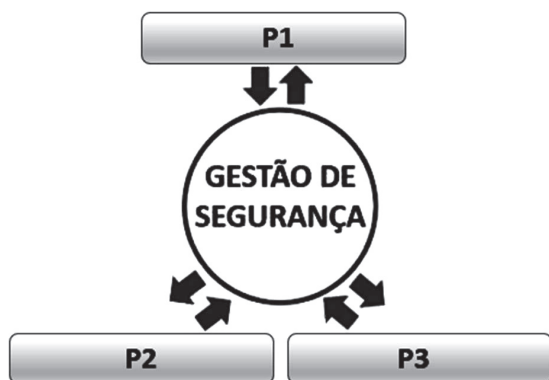
Nesse contexto, para manipulação de diretórios e arquivos, três comandos de linha de *prompt* são detalhados a seguir:

- I. Serve para acessar e mudar de diretório corrente, utilizado para a navegação entre as pastas do computador.
- II. Exibe os arquivos armazenados em algum diretório e, se executado sem parâmetros, listará o conteúdo do diretório em que o usuário se encontra. É também possível usar este comando para conferir o tamanho e a data de criação de cada arquivo ou pasta.
- III. É usado para se saber o espaço total e os *GBytes* disponíveis em cada partição do sistema. Se submetido ao sistema sem parâmetros, as informações serão exibidas em *kBytes* e será necessário convertê-las mentalmente para outras unidades.

Esses comandos são, respectivamente,

- A) md, dir e mem.
- B) md, dir e df.
- C) cp, ls e df.
- D) cd, ls e df.
- E) cd, ls e mem.

14. No contexto da tecnologia da informação e segurança de dados, a segurança da informação é garantida pela preservação de três aspectos essenciais, de acordo com o triângulo da figura abaixo:



- I. P1 – associada à ideia da capacidade de um sistema de permitir que alguns usuários acessem determinadas informações, ao mesmo tempo em que impede que outros, não autorizados, a vejam. Esse princípio é respeitado quando apenas as pessoas explicitamente autorizadas podem ter acesso à informação.
- II. P2 – associada à ideia de que a informação deve estar disponível para todos que precisarem dela para a realização dos objetivos empresariais. Esse princípio é respeitado quando a informação está acessível, por pessoas autorizadas, sempre que necessário.
- III. P3 – associada à ideia de que a informação deve estar correta, ser verdadeira e não estar corrompida. Esse princípio é respeitado quando a informação acessada está completa, sem alterações e, portanto, confiável.

Nessa situação, P1, P2 e P3 são denominados, respectivamente,

- A) integridade, legalidade e privacidade.
- B) disponibilidade, integridade e legalidade.
- C) legalidade, privacidade e confidencialidade.
- D) confidencialidade, disponibilidade e integridade.
- E) privacidade, confidencialidade e disponibilidade.

15. Com relação às funcionalidades e aos recursos do aplicativo Impress da suite LibreOffice 7.1.4.2 (64bits) versão pt-BR, três ícones têm os significados e finalidades descritas a seguir:

- I. exportar a apresentação de slides diretamente para um documento em formato PDF;
- II. localizar e substituir;
- III. abrir um arquivo gravado no HD em formato ODP.

Os ícones em I, em II e em III são, respectivamente,

- |    |  |  |  |
|----|--|--|--|
| A) |  |  |  |
| B) |  |  |  |
| C) |  |  |  |
| D) |  |  |  |
| E) |  |  |  |

16. Rede social é uma estrutura social formada por pessoas que compartilham interesses similares, enquanto que mídia social constitui o uso de tecnologias para tornar interativo o diálogo entre pessoas. Com relação às redes sociais, analise as afirmativas a seguir:

- I. Duas vantagens são aproximar as pessoas que vivem em locais diferentes, constituindo uma maneira fácil de manter as relações e o contato e possibilitar a criação de perfil falso para postar comentários racistas, preconceituosos e racistas além de "fake news".
- II. Enquanto o **Facebook** é a rede social mais utilizada no Brasil, inclusive por empresas que aproveitam para realizar estratégias de publicidade e marketing, o **WhatsApp** é considerado atualmente um dos principais aplicativos destinados à comunicação e troca de mensagens e, assim como o Facebook, utilizado para interação entre empresa e cliente.
- III. Enquanto **LinkedIn** é a maior rede social com foco profissional, em que os usuários podem publicar informações relacionadas ao mercado de trabalho, oportunidades de emprego, divulgação de serviços e, principalmente *networking*, o **Youtube** é uma plataforma em que o usuário pode fazer comentários e interagir com outras pessoas; por isso também é considerada uma rede social, permitindo assistir a vídeos de música, a aulas e acompanhar programas.

Assinale

- A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- E) se todas as afirmativas estiverem corretas.





CARGO: INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL – TIPO B

17. Na navegação em sites na internet por meio do browser Firefox Mozilla 90.0.2 (64 bits) em português, um inspetor que trabalha na Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará realizou dois procedimentos, descritos a seguir:

- I. Para levar o cursor do mouse à Barra de Endereços, para digitar a URL referente a um site, executou um atalho de teclado.
- II. Navegando na página inicial do site da Polícia Civil, decidiu imprimir a página atual visualizada na tela do monitor. Para isso, ele executou outro atalho de teclado que mostrou a janela de diálogo **Imprimir** na tela.

Os atalhos de teclado executados em I e em II são, respectivamente,

- A) Ctrl+O e Ctrl+P.
- B) Ctrl+O e Ctrl+M.
- C) Ctrl+S e Ctrl+M.
- D) Ctrl+E e Ctrl+M.
- E) Ctrl+E e Ctrl+P.

18. Com relação às características e recursos do software Thunderbird Mozilla 78.12.0 (64-bit), em português-BR, estão corretas as afirmativas a seguir:

- I. Por padrão, há um limite para o tamanho dos arquivos a serem anexados aos e-mails. Além desse tamanho *default*, os arquivos são considerados grandes e, neste caso, pode ser empregado o recurso conhecido por *Filelink*.
- II. Possibilita o uso do serviço gratuito do *WeTransfer*, sendo que o arquivo a ser enviado via *Filelink* fica disponível para ser baixado durante n dias. Se o usuário considerar esse tempo curto demais, ele pode assinar o serviço pago.

Nessas condições, o tamanho e o valor de n são, respectivamente,

- A) 5 MB e 7.
- B) 1 GB e 7.
- C) 5 MB e 21.
- D) 1 GB e 14.
- E) 5 MB e 14.

19. A planilha da figura abaixo foi criada no aplicativo Calc da suíte LibreOffice 7.1.4.2 (64bits) versão pt-BR.

	A	B	C	D
1				
2				
3				
4				
5	#	CÓDIGO	BAIRRO	
6	1	77	MUCURIBE	
7	2	22	AEROPORTO	
8				
9	VALORES E EXPRESSÕES			
10	17			
11	23		EXPRESSÃO →	?
12	29		MÉDIA →	20
13	11		SOMA →	28

Com relação aos dados mostrados nessa planilha, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

( )	Se em D11 for inserida a expressão =SE(B7<>22;C7;C6), será mostrado nessa célula o conteúdo "MUCURIBE".
( )	Para mostrar o valor 20 na célula D12, foi inserida a expressão =MED(A10:A13), que determina a média aritmética entre todos os números nas células A10, A11, A12 e A13.
( )	Para mostrar o valor 28 na célula D13, foi inserida a expressão =SOMA(A10;A13), que determina a soma dos números exibidos exclusivamente nas células A10 e A13.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) F – V – F.
- B) V – V – F.
- C) V – F – V.
- D) V – F – F.
- E) F – V – V.



20. Com relação às criptomoedas, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa, nas afirmativas abaixo:

( )	É uma moeda analógica, com lógica similar à do dinheiro em espécie, que auxilia na compra e venda de bens e serviços por meio de transações virtuais, sendo a Bitcoin a mais famosa no mercado.
( )	As transações financeiras com criptomoedas precisam de um intermediário, como os bancos, em movimentações de moedas como o dólar, o euro e o real.
( )	As moedas adquiridas ficam armazenadas em uma carteira virtual e protegidas com criptografia, sendo que, como uma espécie de conta de cada um, os usuários utilizam códigos com letras e números para as transações, ressaltando que, depois da transferência, o negócio não pode mais ser desfeito.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) F – V – F.
- B) F – F – V.
- C) F – V – V.
- D) V – V – F.
- E) V – F – F.

**NOÇÕES DE DIREITO PENAL**

21. João e José desejam a morte de Joaquim e ambos, em ocasiões distintas, mas próximas no tempo, sem qualquer conhecimento da intenção do outro, ajuste ou mesmo combinação prévia, atiram contra a vítima. Joaquim morre em decorrência de um dos tiros; o outro, conforme exame pericial feito, atingiu a vítima somente de raspão. Todavia, mesmo com a perícia, não restou verificada a autoria do tiro que atingiu mortalmente Joaquim.

Nessa hipótese, é correto afirmar que João e José respondem por delito de

- A) homicídio doloso na modalidade tentada, com a incidência do concurso de pessoas.
- B) homicídio doloso consumado, sem a incidência do concurso de pessoas.
- C) homicídio doloso na modalidade tentada, sem a incidência do concurso de pessoas.
- D) homicídio doloso consumado, com a incidência do concurso de pessoas.
- E) homicídio culposo, sem a incidência do concurso de pessoas.

22. Em um dos levantamentos realizados pelo Depen (Departamento Penitenciário Nacional), ficou demonstrado que, dos crimes previstos no Código Penal, verifica-se que 72% dos crimes cometidos pelos homens são crimes contra o patrimônio, assim como 69% dos perpetrados pelas mulheres. Conclui-se, portanto, que os delitos contra o patrimônio constituem a maioria dos crimes praticados pela população carcerária brasileira.

Acerca da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) O delito de receptação (art. 180 do CP), nas modalidades transportar, conduzir ou ocultar, é crime permanente, cujo flagrante perdura enquanto o agente se mantiver na posse do bem que sabe ser produto de crime.
- B) O pagamento integral dos débitos oriundos de apropriação indébita previdenciária, ainda que efetuado após o recebimento da denúncia, mas antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, extingue a punibilidade, nos termos do art. 9º, §2º, da Lei 10.684/03.
- C) Aplica-se o princípio da insignificância ao crime de apropriação indébita previdenciária, quando, na ocasião do delito, o valor do débito com a Previdência Social não ultrapassar o montante de R\$10.000,00 (dez mil reais), previsto no art. 20 da Lei 10.522/2002.
- D) O delito de apropriação indébita previdenciária constitui crime omissivo próprio, que se perfaz com a mera omissão de recolhimento da contribuição previdenciária dentro do prazo e das formas legais, prescindindo, portanto, do dolo específico.
- E) O crime de extorsão é formal e consuma-se no momento em que a violência ou a grave ameaça é exercida, independentemente da obtenção da vantagem indevida.

23. De acordo com a legislação, consideram-se hediondos os delitos listados nas alternativas a seguir, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- A) roubo praticado mediante emprego de explosivo
- B) furto praticado mediante emprego de explosivo
- C) roubo circunstanciado pela restrição da liberdade da vítima
- D) estupro
- E) favorecimento da prostituição de adolescente



24. De acordo com o Código Penal, o crime de estupro ocorre quando há a seguinte conduta: “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (artigo 213, *caput*).

O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou várias vezes sobre o crime de estupro.

Analisando as afirmativas a seguir, assinale a que está em **DESACORDO** com a jurisprudência do STJ.

- A) Nas hipóteses em que há imprecisão acerca do número exato de eventos abusivos à dignidade sexual da vítima, praticados em um longo período de tempo, é adequado o aumento de pena pela continuidade delitiva (art. 71 do CP) em patamar superior ao mínimo legal.
- B) Nos crimes de estupro ou de atentado violento ao pudor praticados com violência presumida, não incide a regra da continuidade delitiva específica (art. 71, parágrafo único, do CP), que condiciona a sua incidência às situações de emprego de violência real.
- C) O segredo de justiça previsto no art. 234-B do Código Penal abrange apenas a vítima de crimes sexuais, devendo constar da autuação somente as iniciais de seu nome.
- D) O avançado estado de embriaguez da vítima, que lhe retire a capacidade de oferecer resistência, é circunstância apta a revelar sua vulnerabilidade e, assim, configurar a prática do crime de estupro previsto no §1º do art. 217-A do Código Penal.
- E) Aquele que adere à determinação do comparsa e contribui para a consumação do crime de estupro, ainda que não tenha praticado a conduta descrita no tipo penal, incide nas penas a ele cominadas, nos exatos termos do art. 29 do Código Penal.

25. O dependente químico severo, comprovado por laudo pericial, que, para poder comprar substância entorpecente a fim de satisfazer seu vício, pratica conduta descrita em tipo penal de furto, poderá arguir em sua defesa excludente de

- A) ilicitude pela inexigibilidade de conduta diversa.
- B) tipicidade pela ausência de dolo.
- C) culpabilidade pela coação moral irresistível.
- D) culpabilidade pela inimputabilidade.
- E) ilicitude pelo estado de necessidade.

26. O Ministério Público denunciou Joana, servidora ocupante de função de direção de determinada autarquia, por delito de peculato, mas com a incidência da causa de aumento de pena prevista no parágrafo segundo do art. 327 do Código Penal, *in verbis*: “A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.” Acerca do caso, assinale a alternativa correta.

- A) A incidência da causa de aumento está correta, pois as autarquias podem ser equiparadas a órgãos da administração pública direta.
- B) A causa de aumento de pena descrita somente poderá incidir se Joana tiver se aproveitado de sua condição de diretora da autarquia para praticar o delito.
- C) Não incide a causa de aumento de pena, pois as autarquias não foram mencionadas em referida causa de aumento e, com base no princípio da legalidade, veda-se analogia *in malam partem*.
- D) O delito praticado por Joana não foi peculato, pois diretor de autarquia não se equipara a funcionário público para fins de aplicação da lei penal.
- E) Não incide a causa de aumento de pena, pois estamos diante de uma lei penal excepcional, que apenas será aplicada subsidiariamente, ou seja, quando não houver nenhuma lei específica.

27. Em relação ao lugar do crime, territorialidade e extraterritorialidade da lei penal, assinale a alternativa correta.

- A) Se a execução de um delito ocorrer em território nacional, mas o resultado ocorrer em território estrangeiro, não é correto afirmar que tal delito ocorreu em território nacional.
- B) Ficam sujeitos à lei penal brasileira, embora cometidos no estrangeiro, independentemente de condições, os crimes praticados por brasileiro contra brasileiro ou estrangeiro residente no Brasil.
- C) Se a execução de um delito ocorrer em território estrangeiro, mas o resultado ocorrer em território nacional, é correto afirmar que tal delito ocorreu em território nacional.
- D) Crime cometido no estrangeiro contra a vida ou liberdade do Presidente da República brasileiro está sujeito a lei penal brasileira desde que o agente não tenha sido absolvido no estrangeiro.
- E) Não se consideram extensão do território nacional aeronaves privadas a serviço do governo brasileiro em espaço aéreo correspondente a outro país.





**CARGO: INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL – TIPO B**

28. Em 10/1/2017, Robson praticou delito previsto na lei A, cuja pena era de reclusão de 3 a 6 anos. Em 30/4/2019, a lei A foi revogada pela lei B, que passou a prever pena de 1 a 3 anos de reclusão para a conduta praticada por Robson. Ocorre que, em 20/5/2020, entrou em vigor a lei C, revogando a lei B e passando a atribuir à conduta praticada por Robson pena de reclusão de 2 a 4 anos.

Considere que Robson foi denunciado pelo delito em 30/5/2020 e, na data de hoje, ele está sendo sentenciado. Nessa hipótese, é correto afirmar que

- A) será aplicada a Robson a lei A, por ser aquela em vigor no dia de sua conduta.
- B) será aplicada a Robson a lei B, por ser a mais benéfica.
- C) será aplicada a Robson a lei C, por ser a mais recente, que revogou as demais leis anteriores.
- D) poderão ser aplicadas a lei A ou a lei C; a primeira porque era a lei em vigor no dia da conduta e a segunda porque é a lei mais recente. A escolha ficará a critério do juiz, que deverá optar pela mais favorável ao caso concreto.
- E) será aplicada a Robson a lei C, não só porque é a mais recente, mas também porque é mais benéfica se comparada à lei A, que vigorava no dia da conduta.

29. Maria Luísa praticou delito de tráfico de drogas, na modalidade “manter em depósito”, bem como delito de associação para o tráfico, durante o período de 9/10/2005 a 4/8/2007. Presa em flagrante no dia 4/8/2007, foi denunciada como incurso nas penas dos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/2006.

Nessa hipótese, assinale a alternativa correta levando em conta o entendimento dos tribunais superiores sobre o tema.

- A) Não se aplica a Lei 11.343/2006, e sim a Lei 6.368/1976, por ser mais benéfica se comparada à Lei 11.343/2006.
- B) O juiz poderá combinar as Leis 11.343/2006 e 6.368/1976, para aplicar as regras mais favoráveis de cada uma das leis ao caso concreto.
- C) Não poderá haver combinação de leis, mesmo se esta se mostrar medida mais favorável à ré. O que se deve fazer é aplicar o critério do caso concreto e observar qual das leis é mais favorável à situação da ré como um todo.
- D) Em relação ao delito de tráfico de drogas, aplica-se a Lei 6.368/1976, que tinha previsão de pena menor. Todavia, em relação ao delito de associação para o tráfico, aplica-se a Lei 11.343/2006, que, embora possua pena igual à descrita na lei anterior, é mais nova e, portanto, prevalece.
- E) Aplica-se a Lei 11.343/2006, mesmo sendo mais gravosa se comparada à Lei 6.368/1976, pois os delitos em análise são crimes permanentes.

30. Marcelo importou substância entorpecente, classificada como droga e, portanto, proscribida pela lei penal brasileira e seus complementos normativos.

Nessa hipótese, é correto afirmar que a responsabilidade penal de Marcelo será pelo delito de

- A) tráfico de drogas, apenas.
- B) contrabando, apenas, porque importou mercadoria proibida.
- C) contrabando, em concurso formal com delito de tráfico de drogas.
- D) contrabando, tráfico de drogas e associação para o tráfico, em concurso formal de delitos.
- E) tráfico de drogas e delito de contrabando, mas responderá apenas pelo primeiro, pois o segundo ficará absorvido por aquele.

31. Segundo a teoria tripartite, majoritariamente adotada, o delito é composto de fato típico, ilicitude e culpabilidade. São elementos do fato típico:

- A) tipicidade, ilicitude, imputabilidade.
- B) conduta dolosa ou culposa, ausência de situações justificantes, imputabilidade.
- C) conduta dolosa ou culposa, resultado, nexos causal e tipicidade.
- D) tipicidade, ausência de situações justificantes, culpabilidade.
- E) tipicidade formal, tipicidade material, ausência de situações justificantes e imputabilidade.

32. Carolina é empregada doméstica na residência de Letícia e Jorge e recebeu uma cópia da chave que dá acesso à casa de seus patrões. Todavia, o companheiro de Carolina, Ricardo, aproveitando-se do fato de que a referida chave estava à vista e sem vigilância, fez uma cópia do objeto e utilizou essa cópia para entrar na casa de Letícia e Jorge e, de lá, subtraiu bens e valores, que totalizaram um prejuízo de R\$100.000,00 às vítimas.

Nessa hipótese, é correto afirmar que Carolina

- A) poderá responder como partícipe do furto praticado por Ricardo.
- B) poderá responder como coautora do furto praticado por Ricardo.
- C) pode ser classificada como autora mediata do furto.
- D) poderá responder culposamente pelo delito de furto.
- E) não praticou crime algum.



**CARGO: INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL – TIPO B**

33. Robson foi denunciado pelo delito de roubo com emprego de arma de fogo. Durante o processo foi requerida a prisão preventiva pelo Ministério Público, mas o magistrado, ao invés de decretar a prisão cautelar, de modo substitutivo, determinou o recolhimento domiciliar noturno de Robson, sendo certo que a medida cautelar foi cumprida pelo período de 1 ano e 6 meses. Ao final da instrução criminal, Robson restou condenado a 7 anos de reclusão em regime inicial semiaberto. A condenação transitou definitivamente em julgado e Robson começou o cumprimento da pena.

Nessa hipótese, assinale a alternativa correta, tendo em vista o entendimento dos tribunais superiores acerca do tema.

- A) Embora Robson tenha cumprido medida cautelar de recolhimento domiciliar noturno durante 1 ano e 6 meses, esse período não poderá ser descontado da pena final imposta porque a detração é instituto apenas aplicável às prisões cautelares, não cabendo falar em analogia em direito penal com base no princípio da legalidade.
- B) A defesa de Robson poderá requerer ao juiz da Vara de Execuções Penais o benefício da remição da pena, permitindo-se que o tempo em que o condenado esteve respondendo ao processo e em recolhimento domiciliar noturno seja descontado do tempo total de pena imposta na condenação.
- C) Embora Robson tenha cumprido medida cautelar de recolhimento domiciliar noturno durante 1 ano e 6 meses, esse período não poderá ser descontado da pena final imposta porque a remição é instituto apenas aplicável às prisões cautelares, não cabendo falar em analogia em direito penal com base no princípio da legalidade.
- D) A defesa de Robson poderá requerer dois benefícios decorrentes do tempo em que o condenado cumpriu medida cautelar de recolhimento domiciliar noturno, quais sejam: detração e remição, sendo certo que ambos possuem previsão legal à hipótese.
- E) A defesa de Robson poderá requerer ao juiz da Vara de Execuções Penais o benefício da detração penal analógica, permitindo-se que o tempo em que ficou cumprindo medida cautelar de recolhimento domiciliar noturno seja descontado do tempo de pena total imposta na condenação.

34. Considere que Fernando, penalmente imputável de 25 anos, com consciência e vontade, instigue e induza Camilo, penalmente inimputável de 15 anos, a praticar ato infracional análogo ao delito de roubo. Relativamente à responsabilização de Fernando no tocante ao roubo, assinale a alternativa correta.

- A) Responderá como coautor de delito de roubo.
- B) Não responderá criminalmente pelo roubo.
- C) Responderá por roubo impróprio praticado em concurso de pessoas.
- D) Responderá como partícipe de delito de roubo.
- E) Responderá por roubo com a incidência de qualificadora.

35. Vinícius sofre de sonambulismo desde a mais tenra idade. Certa noite, durante o sono, Vinícius, em estado de inconsciência, se levanta e se dirige até o escritório de sua casa e pega uma tesoura na gaveta. Nesse momento, sua esposa toca em seu ombro para levá-lo de volta à cama, ocasião em que Vinícius, ainda sonâmbulo, se vira e desfere cinco golpes com a tesoura em sua esposa, na altura do abdômen. Ato contínuo, Vinícius retorna para o quarto e continua seu sono, enquanto sua esposa cai inconsciente e morre minutos depois em virtude da excessiva perda de sangue.

Nessa hipótese, é correto afirmar que Vinícius

- A) deve responder por delito de homicídio culposo.
- B) deve responder por delito de homicídio doloso, praticado com dolo eventual.
- C) não praticou crime, pois o estado de inconsciência exclui a culpabilidade pela inexigibilidade de conduta diversa.
- D) não praticou crime, pois o estado de inconsciência exclui a conduta, por ausência de voluntariedade no movimento.
- E) deve responder por delito de homicídio preterdoloso.



CARGO: INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL – TIPO B

36. Raíssa, penalmente imputável de 20 anos, reside com a mãe, Lourdes, de 45 anos. Aproveitando-se da desatenção de sua genitora, Raíssa subtrai da carteira da mãe a quantia de R\$5.000,00 (cinco mil reais). Nessa hipótese, assinale a alternativa correta.

- A) Raíssa responderá por delito de furto, mas com causa de diminuição de pena.
- B) Raíssa responderá por delito de apropriação indébita, incidindo agravante de delito praticado contra ascendente.
- C) Raíssa é isenta de pena, incidindo hipótese de escusa absolutória.
- D) Raíssa responderá por delito de estelionato, incidindo agravante de delito praticado contra ascendente.
- E) A escusa absolutória aplica-se a todos os delitos patrimoniais, mas não impede eventual incidência de circunstância agravante de delito praticado contra ascendente.

37. A Lei 11.343/06 – Lei de Drogas – revogou a antiga Lei de Entorpecentes – 6.368/76 – e trouxe consigo uma das grandes e polêmicas inovações: a retirada da pena de prisão para o crime de uso de drogas, atualmente previsto no artigo 28 da Lei 11.343/06. O Superior Tribunal de Justiça possui um grande acervo jurisprudencial sobre o tema. Assinale a afirmativa que está em **DESACORDO** com a jurisprudência do STJ.

- A) A inobservância do art. 55 da Lei 11.343/2006, que determina o recebimento da denúncia após a apresentação da defesa prévia, constitui nulidade relativa quando forem demonstrados os prejuízos suportados pela defesa.
- B) É prescindível a confecção do laudo toxicológico para comprovar a materialidade da infração disciplinar e a natureza da substância encontrada com o apenado no interior de estabelecimento prisional.
- C) A falta da assinatura do perito criminal no laudo toxicológico é mera irregularidade que não tem o condão de anular o referido exame.
- D) As contravenções penais, puníveis com pena de prisão simples, não geram reincidência, mostrando-se, portanto, desproporcional que condenações anteriores pelo delito do art. 28 da Lei 11.343/2006 configurem reincidência, uma vez que não são puníveis com pena privativa de liberdade.
- E) É cabível a aplicação retroativa da Lei 11.343/2006, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei 6.368/1976, sendo vedada a combinação de leis.

38. O crime de furto é descrito no artigo 155 como a “subtração de coisa alheia móvel para si ou para outrem”. A doutrina e a jurisprudência divergem sobre o momento consumativo do furto, sendo certo que existem quatro teorias sobre o tema. O Superior Tribunal de Justiça já teve oportunidade de se manifestar sobre esse assunto.

Assinale a alternativa que demonstre a teoria adotada por esse Tribunal Superior.

- A) *furtatio*
- B) *contrectacio*
- C) *ilatio*
- D) *apprehensio (amotio)*
- E) *ablatio*

39. Wilson, engenheiro civil, está construindo um edifício em região pantanosa. Durante a obra, é alertado pelo seu mestre de obras acerca da necessidade de criar uma fundação mais profunda, já que o terreno onde o prédio está sendo construído possui leito de rocha mais profundo que o usual. Do contrário, segundo o alerta feito, a construção poderia adernar e chegar a cair, ocasionando a morte de pessoas. Levando em conta os custos da construção e sem se importar com as consequências, Wilson decide não seguir as orientações do mestre de obras e leva a obra adiante. Infelizmente, dois anos após a inauguração do prédio, ele desaba e seis pessoas morrem.

Nessa hipótese, é correto afirmar que Wilson

- A) deve responder por seis delitos de homicídio culposo, praticados com culpa consciente, em concurso formal de delitos.
- B) deve responder por seis delitos de homicídio, praticados com dolo eventual, em concurso formal de delitos.
- C) deve responder por seis delitos de homicídio, praticados com dolo direto, em concurso material de delitos.
- D) não praticou crime algum, mas deverá responder na esfera civil.
- E) deve responder por seis delitos de homicídio preterdoloso, praticados em concurso material de delitos.



40. De acordo com o 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2011 em diante, ocorreu um aumento muito significativo nos registros de ocorrência relacionados ao crime de estupro. Segundo esse mesmo levantamento, a maior parte de crimes de estupro praticados no Brasil é o estupro de vulnerável, que é aquele praticado contra menores de 14 anos ou pessoas com doenças ou deficiência mental que não têm discernimento para a prática do ato ou que, por qualquer outra causa, não podem oferecer resistência.

Acerca da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) O delito de estupro de vulnerável (art. 217-A do CP) se consuma com a prática de qualquer ato de libidinagem ofensivo à dignidade sexual da vítima.
- B) Em razão do princípio da especialidade, é descabida a desclassificação do crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do Código Penal) para o crime de importunação sexual (art. 215-A do CP), uma vez que este é praticado sem violência ou grave ameaça, e aquele traz ínsito ao seu tipo penal a presunção absoluta de violência ou de grave ameaça.
- C) A contemplação lasciva configura o ato libidinoso constitutivo dos tipos dos art. 213 e art. 217-A do CP, sendo irrelevante, para a consumação dos delitos, que haja contato físico entre ofensor e vítima.
- D) Não há *bis in idem* na incidência da agravante genérica do art. 61, II, f, concomitantemente com a causa de aumento de pena do art. 226, II, ambas do CP, no crime de estupro.
- E) Não se configura crime de assédio sexual (art. 216-A do CP) na relação entre professor e aluno.

**LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE**

41. Paula foi convidada a comparecer à Delegacia Policial para sua oitiva como autora em relação ao crime de exposição ou abandono de recém-nascido, previsto no artigo 134, *caput*, do Código Penal. Após sua oitiva, os autos foram enviados à Justiça para seguir os trâmites processuais. Cumpridas todas as fases determinadas pela legislação, Paula foi denunciada pelo Ministério Público, tendo o Magistrado rejeitado a peça inaugural. Nessa hipótese, deverá o Ministério Público

- A) aceitar a decisão de rejeição da denúncia nesse procedimento, por ser irrecorrível.
- B) recorrer da decisão por meio do recurso de apelação.
- C) recorrer da decisão por meio do recurso em sentido estrito.
- D) recorrer da decisão por meio de recurso inominado.
- E) recorrer da decisão por meio de um mandado de segurança.

42. Com base na Lei 9.099/95, analise as afirmativas a seguir:

- I. A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- II. A conciliação será conduzida pelo Juiz ou por conciliador sob sua orientação.
- III. Acolhendo a proposta de transação penal do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.
- IV. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.



43. A Lei 13.964/19, intitulada “Pacote Anticrime”, promoveu recentemente várias alterações na legislação, sendo certo que o Superior Tribunal de Justiça vem uniformizando sua interpretação desses novos dispositivos legais.

Acerca da jurisprudência recente sobre tema, é **INCORRETO** afirmar que

- A) é reconhecida a retroatividade do patamar estabelecido no art. 112, V, da Lei 13.964/2019, àqueles apenados que, embora tenham cometido crime hediondo ou equiparado sem resultado morte, não sejam reincidentes em delito de natureza semelhante.
- B) após o advento da Lei 13.964/2019, não é possível a conversão *ex officio* da prisão em flagrante em preventiva, mesmo nas situações em que não ocorre audiência de custódia.
- C) o acordo de não persecução penal (ANPP) aplica-se a fatos ocorridos antes da Lei 13.964/2019, desde que não recebida a denúncia.
- D) a exigência de representação da vítima no crime de estelionato retroage aos processos cuja denúncia já foi oferecida.
- E) as inovações do Pacote Anticrime na Lei 9.296/1996 não alteraram o entendimento de que é lícita a prova consistente em gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem conhecimento do outro.

44. Joelma e Godofredo são pescadores e foram surpreendidos pescando em período de defeso, bem como utilizando artefatos de uso proibido (uma rede de pesca de uso proibido), com dez camarões em uma bacia e mais dois camarões presos na rede proibida. O Ministério Público denunciou os dois pescadores pela prática de crime ambiental descrita no artigo 34 da Lei 9.605/98. Em relação ao tema, é correto afirmar que a jurisprudência do STJ

- A) admite a possibilidade de aplicação da insignificância aos delitos ambientais quando demonstrada a ínfima ofensividade ao bem ambiental tutelado, mesmo quando a conduta tenha ocorrido durante o período de defeso, mas afasta tal tese quando da utilização de petrechos proibidos ou da apreensão do pescado no momento do flagrante.
- B) admite a possibilidade de aplicação da insignificância aos delitos ambientais quando demonstrada a ínfima ofensividade ao bem ambiental tutelado, mesmo quando ocorra a apreensão do pescado no momento do flagrante.
- C) não admite a possibilidade de aplicação da insignificância aos delitos ambientais, ainda quando demonstrada a ínfima ofensividade ao bem ambiental tutelado.
- D) admite a possibilidade de aplicação da insignificância aos delitos ambientais quando demonstrada a ínfima ofensividade ao bem ambiental tutelado, mesmo quando a conduta tenha ocorrido durante o período de defeso e com petrechos proibidos.
- E) admite a possibilidade de aplicação da insignificância aos delitos ambientais quando demonstrada a ínfima ofensividade ao bem ambiental tutelado, mesmo quando a conduta for realizada com petrechos proibidos.

45. Mauro foi denunciado pela prática do delito de supressão de tributos, tipificado no artigo 1º, I, da Lei 8.137/90. Acontece que, desde que foi atuado pela autoridade fazendária, Mauro recorreu da decisão, discordando do agente que o autuou. O processo administrativo ainda se encontra em andamento, não tendo a autoridade fazendária, até o momento, decidido de forma definitiva o lançamento do crédito tributário.

Atento ao que foi narrado, bem como ao entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- A) O crédito tributário não é elemento do tipo penal descrito no artigo 1º, inciso I, da Lei 8.137/90, razão pela qual não faz sentido aguardar o resultado do lançamento definitivo.
- B) Os crimes descritos no artigo 1º, incisos I a IV, da Lei 8.137/90 são delitos formais, razão pela qual não há qualquer ligação com o lançamento do crédito definitivo pela autoridade tributária.
- C) Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo.
- D) O Poder Judiciário não pode ficar vinculado a uma decisão da esfera administrativa, já que o correto é que o juiz fique adstrito às provas constantes dos autos, na busca da verdade processual (“o que não está nos autos não está no meu mundo”).
- E) Pelo princípio da independência das instâncias, é possível que a existência do fato alegadamente delituoso e a identificação da respectiva autoria se definam na esfera penal sem vinculação com a instância administrativa.





**CARGO: INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL – TIPO B**

46. A Lei Maria da Penha se tornou um importante mecanismo contra a violência doméstica e familiar contra a mulher, em conformidade com o disposto na Constituição Federal e nos tratados internacionais ratificados pelo Estado Brasileiro. Os Tribunais Superiores já se manifestaram várias vezes sobre importantes teses jurídicas a respeito da Lei Maria da Penha, que estão listadas nas alternativas a seguir, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- A) Para a configuração da violência doméstica e familiar prevista no artigo 5º da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), não se exige a coabitação entre autor e vítima.
- B) A Lei Maria da Penha pode incidir na agressão perpetrada pelo irmão contra a irmã na hipótese de violência praticada no âmbito familiar.
- C) A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.
- D) A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- E) É aplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.

47. A gestante Márcia foi presa em flagrante pela prática do delito de aborto, que prevê pena de detenção de um a três anos, conforme previsão do artigo 124 do Código Penal. A magistrada responsável pela ação penal concedeu liberdade provisória a Márcia, na decisão que recebeu a denúncia feita pelo Ministério Público. A defesa peticionou ao juízo demonstrando que sua cliente cumpria todos os requisitos para que o Ministério Público oferecesse proposta de suspensão condicional do processo, o que não foi feito.

Acerca desse tema, é correto afirmar que

- A) a suspensão condicional do processo é instituto aplicável apenas no procedimento sumaríssimo.
- B) embora previsto na Lei 9.099/95, a suspensão condicional do processo é aplicável a todos os crimes com pena mínima menor ou igual a um ano, além dos demais requisitos legais.
- C) a suspensão condicional do processo não se aplica aos crimes do rito do tribunal do júri.
- D) a natureza jurídica da suspensão condicional do processo é de ato discricionário do Ministério Público, que a propõe quando bem entender ser justo.
- E) embora previsto na Lei 9.099/95, a suspensão condicional do processo é aplicável a todos os crimes com pena mínima menor ou igual a dois anos, além dos demais requisitos legais.

48. Joelma foi encaminhada à Delegacia Policial pela suposta prática do delito descrito no artigo 7º, IX, da Lei 8.137/90, tendo em vista que, em seu estabelecimento comercial, havia um único produto exposto que estava fora da validade prevista pelo fabricante. De acordo com o previsto no referido artigo, é vedado “vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo”. A investigação não realizou qualquer exame pericial no produto, apenas se baseando na validade exposta pelo fabricante para indiciar Joelma. Posteriormente, o Ministério Público denunciou Joelma exatamente pela conduta descrita acima.

Em relação aos fatos narrados, é correto afirmar que

- A) a denúncia foi corretamente embasada no inquérito policial, que materializou a prova de que o produto estava fora da validade e, por óbvio, impróprio para consumo.
- B) se ocorreu a prova inequívoca de que o produto estava fora da validade, não há a necessidade de realização de exame pericial de acordo com o CPP, pelo princípio da celeridade.
- C) a denúncia carece de justa causa, pois o crime mencionado deixa vestígios materiais, sendo indispensável, portanto, a realização de perícia para a sua comprovação.
- D) o Código de Processo Penal estabelece que o exame de corpo de delito é dispensável quando ocorra a prova inequívoca da materialidade.
- E) a Lei 8.137/90 determina que, no caso específico do enunciado, o exame pericial, excepcionalmente, pode não ser realizado, comprovando-se a materialidade pela data de validade.



49. De acordo com a Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça a uniformização da interpretação da lei federal em todo o Brasil. É de responsabilidade do STJ a solução definitiva dos casos criminais que não envolvam matéria constitucional nem a justiça especializada. Em relação ao Estatuto do Desarmamento, o Superior Tribunal de Justiça já teve oportunidade de se manifestar várias vezes, reformando seu entendimento sobre a matéria. Assinale a afirmativa que **NÃO** corrobore o entendimento desse tribunal em relação ao tema proposto.
- A) A apreensão de ínfima quantidade de munição desacompanhada de arma de fogo, excepcionalmente, a depender da análise do caso concreto, pode levar ao reconhecimento de atipicidade da conduta, diante da ausência de exposição de risco ao bem jurídico tutelado pela norma.
- B) O crime de tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição, tipificado no art. 18 da Lei 10.826/03, é de perigo abstrato ou de mera conduta e visa a proteger a segurança pública e a paz social.
- C) O simples fato de possuir ou portar munição caracteriza os delitos previstos nos arts. 12, 14 e 16 da Lei 10.826/2003, por se tratar de crime de perigo abstrato e de mera conduta, sendo prescindível a demonstração de lesão ou de perigo concreto ao bem jurídico tutelado, que é a incolumidade pública.
- D) O crime de comércio ilegal de arma de fogo, acessório ou munição (art. 17 da Lei 10.826/2003) é delito de tipo misto alternativo e de perigo concreto, não bastando para sua caracterização a prática de um dos núcleos do tipo penal, sendo imprescindível a demonstração de lesão ou de perigo concreto ao bem jurídico tutelado, que é a incolumidade pública.
- E) Demonstrada por laudo pericial a inaptidão da arma de fogo para o disparo, é atípica a conduta de portar ou de possuir arma de fogo, diante da ausência de afetação do bem jurídico incolumidade pública, tratando-se de crime impossível pela ineficácia absoluta do meio.
50. Carlos está sendo investigado por crime de lavagem de dinheiro tipificado na Lei 9.613/98 e resolve procurar um advogado especialista na matéria para lhe esclarecer como os Tribunais Superiores vêm se posicionando acerca da complexidade do tema. O advogado fez várias ponderações e esclarecimentos a Carlos.
- Nesse cenário, assinale a afirmativa **INCORRETA**.
- A) O reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição da infração penal antecedente não implica atipicidade do delito de lavagem (art. 1º da Lei 9.613/1998).
- B) A incidência simultânea do reconhecimento da continuidade delitiva (art. 70 do CP) e da majorante prevista no §4º do art. 1º da Lei 9.613/1998, nos crimes de lavagem de dinheiro, acarreta *bis in idem*.
- C) É possível o deferimento de medida assecuratória em desfavor de pessoa jurídica que se beneficia de produtos decorrentes do crime de lavagem, ainda que não integre o polo passivo de investigação ou ação penal.
- D) A tipificação do crime de lavagem de dinheiro depende da existência de uma infração penal antecedente; portanto, não é possível a autolavagem, isto é, a imputação simultânea, ao mesmo réu, da infração antecedente e do crime de lavagem.
- E) Nos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, é legítima a exasperação da pena-base pela valoração negativa das consequências do crime em decorrência da movimentação de expressiva quantia de recursos, que extrapole o elemento natural do tipo.



**NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL**

51. A prova testemunhal é um dos mais importantes meios de prova previstos na legislação processual penal. O grande processualista Carnelutti, na obra *Lições sobre o Processo Penal*, registrou que “as testemunhas encontram-se no ambiente do delito e o juiz, pelo contrário, no ambiente do juízo”. Portanto, a testemunha tem o poder de transportar o juiz para o universo do delito, seu local e os agentes envolvidos na atividade criminosa. Nas alternativas a seguir, há algumas teses jurídicas exaradas pelo Superior Tribunal de Justiça a respeito desse tema.

Nesse cenário, assinale a afirmativa **INCORRETA**, no tocante à posição do STJ.

- A) É possível o arrolamento de testemunhas pelo assistente de acusação (art. 271 do Código de Processo Penal), desde que respeitado o limite de 5 (cinco) pessoas previsto no art. 422 do CPP.
- B) Em delitos sexuais, comumente praticados às ocultas, a palavra da vítima possui especial relevância, desde que esteja em consonância com as demais provas acostadas aos autos.
- C) É possível a antecipação da colheita da prova testemunhal, com base no art. 366 do CPP, nas hipóteses em que as testemunhas são policiais, tendo em vista a relevante probabilidade de esvaziamento da prova pela natureza da atuação profissional, marcada pelo contato diário com fatos criminosos.
- D) Há cerceamento de defesa quando a decisão indefere a oitiva de testemunhas residentes em outro país.
- E) Nos delitos praticados em ambiente doméstico e familiar, geralmente praticados à clandestinidade, sem a presença de testemunhas, a palavra da vítima possui especial relevância, notadamente quando corroborada por outros elementos probatórios acostados aos autos.

52. Analise as afirmativas a seguir:

- I. A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- II. Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher.
- III. A acareação será admitida entre acusados, entre acusado e testemunha, entre testemunhas, entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, e entre as pessoas ofendidas, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes.
- IV. São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se desobrigadas pela parte interessada, oportunidade em que estarão obrigadas a depor.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas I, II, III estiverem corretas.
- D) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

53. A doutrina determina que princípios são as regras primeiras; são as premissas de todo um sistema de dogmática jurídico-processual penal. Parte da doutrina aponta esse princípio como o escopo primordial do processo penal. Trata-se dos elementos probatórios lícitos juntados aos autos do processo para serem apreciados pelo juiz e valorados no ato da sentença, a fim de se determinar quem foi de encontro ao comando da norma e por que o fez.

Pela narrativa acima, estamos diante de qual princípio processual?

- A) Publicidade.
- B) Presunção de inocência.
- C) Verdade processual.
- D) Razoabilidade de duração do processo.
- E) *Favor rei*.

54. Jorge foi preso em flagrante pela prática do delito de roubo. Durante as investigações, descobriram-se mais vítimas dessa prática criminosa, angariando-se mais documentação que comprovariam esses demais delitos praticados por Jorge. Como se sabe, esses autos são enviados ao Ministério Público, que é quem tem, por lei, a função privativa de promover a ação penal pública. Em relação à ação penal, assinale a alternativa correta.
- A) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.
- B) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 10 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 20 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.
- C) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 20 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.
- D) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 10 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.
- E) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 15 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 30 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.
55. A Lei 13.964/19, o chamado “Pacote Anticrime”, incluiu na legislação processual a figura do Juiz das Garantias, que será responsável pelo controle e legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais durante o inquérito policial, separando, finalmente, a fase de investigação da fase de julgamento, a fim de que o magistrado que atue no julgamento não seja contaminado pelo que foi produzido na fase anterior. Acerca do que foi determinado na Lei 13.964/19 sobre o tema, assinale a afirmativa **INCORRETA**.
- A) Competirá ao Juiz das Garantias o julgamento de *habeas corpus* impetrado antes do oferecimento da denúncia.
- B) A competência do Juiz das Garantias abrange todas as infrações penais, exceto as de menor potencial ofensivo.
- C) O Juiz das Garantias será informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal.
- D) Se o investigado estiver preso, o Juiz das Garantias poderá, mediante representação da autoridade policial e ouvido o Ministério Público, prorrogar, uma única vez, a duração do inquérito por até 15 (quinze) dias, após o que, se ainda assim a investigação não for concluída, a prisão será imediatamente relaxada.
- E) Obedecendo à estrutura acusatória, o Juiz das Garantias funcionará na fase investigativa, enquanto o Juiz de Julgamento funcionará do oferecimento da denúncia em diante.



## CARGO: INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL – TIPO B

56. Márcio foi denunciado e, durante toda a ação penal, permaneceu preso cautelarmente, sendo ao final condenado a uma pena de 15 anos, 7 meses e 15 dias de reclusão em regime inicialmente fechado. A sentença foi confirmada em todas as instâncias, tendo ocorrido o transitado em julgado da decisão. Márcio já havia iniciado a sua execução de pena, mas permanecia com dúvidas em relação à progressão de regime.

Seus familiares o procuram para esclarecer essas dúvidas, oportunidade em que você deveria informar que o preso deverá ter cumprido ao menos

- A) 15% (quinze por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.
- B) 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça.
- C) 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática do crime de constituição de milícia privada.
- D) 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário.
- E) 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.

57. Prevalece na doutrina a classificação de fontes formais, como a lei e o costume. As fontes diretas são constituídas pelas leis em sentido amplo, que se subdividem em outras classificações quanto à finalidade ou importância das normas processuais. Trata-se aqui das fontes processuais penais extravagantes. Nas alternativas a seguir há exemplos de fontes extravagantes modificativas, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- A) Lei 8.038/90 – Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.
- B) Lei 1.079/50 – Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.
- C) Lei 9.099/95 – Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.
- D) Lei 13.964/19 – Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal.
- E) Lei 11.690/08 – Altera dispositivos do Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova, e dá outras providências.

58. Jorge, engenheiro, e José, policial militar, efetuaram a prisão em flagrante de Paulo, conhecido por furtar objetos no centro da cidade. Na sua última investida, ao tentar furtar o celular de Jorge, este saiu em perseguição a Paulo, juntamente com o policial militar José, que, presenciando o fato, também saiu em disparada no intuito de capturar o criminoso, o que foi feito. Levado para a Delegacia Policial e apresentado à autoridade, esta determinou a oitiva do condutor/testemunha José, da vítima Jorge e do conduzido Paulo, determinando seu recolhimento à prisão. Acerca das disposições sobre prisão em flagrante no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- A) A falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante; mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos três pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
- B) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, os prazos serão contados em dobro.
- C) Em até 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.
- D) Da lavratura do auto de prisão em flagrante deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
- E) Transcorridas 48 (quarenta e oito) horas após a prisão em flagrante sem a realização de audiência de custódia sem motivação idônea ensejará também a ilegalidade da prisão, a ser relaxada pela autoridade competente, sem prejuízo da possibilidade de imediata decretação de prisão preventiva.



59. O conceito clássico do inquérito policial dado pela doutrina é que se trata de um procedimento administrativo que visa apurar autoria e materialidade. A investigação realizada pela Autoridade Policial faz parte da persecução penal.

Acerca da persecução penal, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito não caberá recurso.
- B) A *notitia criminis* pode ser de cognição imediata, cognição mediata e cognição coercitiva.
- C) A *delatio criminis* ocorre quando qualquer do povo comunica à autoridade policial a existência de um crime de ação penal pública (art. 5º, §3º do CPP).
- D) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- E) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá continuar a investigar o fato, a não ser que ocorra o desarquivamento.

60. Marcos, pai de Carlos, está pensando em depor como testemunha em ação penal em que o filho é acusado da prática de um crime hediondo. A fim de tirar todas as suas dúvidas sobre o procedimento, procura o Defensor Público que está atuando no caso para que lhe faça alguns esclarecimentos.

Nessa situação, o Defensor público deverá esclarecer que

- A) a regra processual determina que Marcos está proibido de depor e, se desobrigado pela parte interessada, poderá dar o seu testemunho.
- B) poderão recusar-se a depor o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.
- C) a regra processual determina que a testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor e, nas exceções que o Código prevê, não está o caso de Marcos.
- D) Marcos será obrigado a depor como testemunha, já que não está em nenhuma das exceções, mas, como é pai do acusado, não prestará compromisso de dizer a verdade.
- E) o Código de Processo Penal determina que a testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor, não mencionando qualquer exceção.

61. Carlos foi condenado a uma pena de mais de dez anos de reclusão, tendo a sentença determinado o cumprimento da pena em regime inicialmente fechado. Transitada em julgado a sentença penal condenatória, iniciou-se o processo de execução de pena, tendo Carlos se recolhido à prisão. Cumpridos os requisitos subjetivos e objetivos para a obtenção da progressão de regime, o advogado de Carlos ingressou com o pedido perante o Juízo de Execução. Deferida a progressão para o regime menos rigoroso, semiaberto, a execução continuou a cumprir seu papel. Passados mais alguns anos, Carlos cumpriu o prazo para mais uma progressão de regime.

Nessa hipótese, assinale a alternativa correta.

- A) A legislação determina um prazo de suspensão da contagem de prazo após o deferimento da primeira progressão de regime para que o apenado possa começar novamente a contagem do prazo para o segundo benefício.
- B) A legislação determina um prazo de interrupção da contagem de prazo após o deferimento da primeira progressão de regime para que o apenado possa começar novamente a contagem do prazo para o segundo benefício.
- C) O cálculo de pena para uma posterior progressão de regime de Carlos para o regime aberto deve ser feito sobre o total da pena imposta na sentença.
- D) O cálculo de pena para uma posterior progressão de regime de Carlos para o regime aberto deve ser feito sobre o total da pena imposta na sentença, após o período de suspensão da contagem do prazo.
- E) O cálculo de pena para uma posterior progressão de regime de Carlos para o regime aberto deve ser feito sobre o tempo de pena que resta a cumprir.



**CARGO: INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL – TIPO B**

62. Ricardo está sendo processado por crime de tráfico de entorpecentes e, durante a instrução criminal, descobriu que foi alvo de interceptação telefônica. Em conversa reservada com seu advogado, especialista em matéria penal, pediu para que fosse esclarecido como o Superior Tribunal de Justiça tem se posicionado acerca da complexidade do tema. Nesse cenário, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Embora não haja previsão na Lei 9.296/96 sobre o procedimento de degravação dos diálogos objeto da interceptação telefônica, é necessário que as degravações das escutas sejam feitas por peritos oficiais.
- B) É possível a determinação de interceptações telefônicas com base em denúncia anônima, desde que corroborada por outros elementos que confirmem a necessidade da medida excepcional.
- C) A interceptação telefônica só será deferida quando não houver outros meios de prova disponíveis à época na qual a medida invasiva foi requerida, sendo ônus da defesa demonstrar violação ao disposto no art. 2º, inciso II, da Lei 9.296/96.
- D) É legítima a prova obtida por meio de interceptação telefônica para apuração de delito punido com detenção, se conexo com outro crime apenado com reclusão.
- E) Não há necessidade de degravação dos diálogos objeto de interceptação telefônica, em sua integralidade, visto que a Lei 9.296/96 não faz qualquer exigência nesse sentido.

63. Analise as afirmativas a seguir:

- I. Permite-se a decretação da prisão temporária para o crime de epidemia com o resultado morte.
- II. Na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto de prisão em flagrante, depois de prestado o compromisso legal.
- III. Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.
- IV. Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

64. Têm sido recorrentes no Judiciário questionamentos relativos aos autos de prisão em flagrante lavrados pelas Autoridades Policiais. O Superior Tribunal de Justiça já teve a oportunidade de se manifestar várias vezes sobre a prisão em flagrante, deixando registrada sua posição sobre diversos pontos importantes.

Nesse cenário, assinale a afirmativa **INCORRETA** no tocante à posição do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema.

- A) No tocante ao flagrante retardado ou à ação controlada, a ausência de autorização judicial não tem o condão de tornar ilegal a prisão em flagrante postergado, uma vez que o instituto visa a proteger o trabalho investigativo, afastando a eventual responsabilidade criminal ou administrativa por parte do agente policial.
- B) Uma vez decretada a prisão preventiva, fica superada a tese de excesso de prazo na comunicação do flagrante.
- C) Realizada a conversão da prisão em flagrante em preventiva, fica superada a alegação de nulidade porventura existente em relação à ausência de audiência de custódia.
- D) Ocorre nulidade no auto de prisão em flagrante quando da ausência de assistência por advogado e não seja oportunizado ao conduzido o direito de ser assistido por defensor técnico, ainda que a autoridade policial registre os direitos do preso previstos no art. 5º, LXIII, da Constituição Federal.
- E) Não há nulidade da audiência de custódia por suposta violação da Súmula Vinculante 11 do STF, quando devidamente justificada a necessidade do uso de algemas pelo segregado.



65. A doutrina especializada define o indulto como uma das causas de extinção da punibilidade concedida privativamente pelo Presidente da República ao condenado, de forma individual ou coletiva, sob forma de decreto e a comutação de pena como espécie de indulto, o chamado indulto parcial (indulto restrito).

Acerca da posição do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) O indulto e a comutação de pena incidem sobre as execuções em curso no momento da edição do decreto presidencial, não sendo possível considerar na base de cálculo dos benefícios as penas já extintas em decorrência do integral cumprimento.
- B) É possível a concessão de comutação de pena aos condenados por crime comum praticado em concurso com crime hediondo, desde que o apenado tenha cumprido as frações referentes aos delitos comum e hediondo, exigidas pelo respectivo decreto presidencial.
- C) A análise do preenchimento do requisito objetivo para a concessão dos benefícios de indulto e de comutação de pena deve considerar todas as condenações com trânsito em julgado até a data da publicação do decreto presidencial, sendo indiferente o fato de a juntada da guia de execução penal ter ocorrido em momento posterior à publicação do referido decreto.
- D) A sentença que concede o indulto ou a comutação de pena tem natureza declaratória, não havendo como impedir a concessão dos benefícios ao sentenciado, se cumpridos todos os requisitos exigidos no decreto presidencial.
- E) Para a concessão de indulto, deve ser considerada a pena remanescente em decorrência de comutações anteriores, e não a pena originalmente imposta.

**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

66. Assinale a alternativa que trate corretamente de situação relacionada com a cassação do ato administrativo.
- A) proibição para a realização de eventos privados em espaços públicos
  - B) extinção do contrato administrativo sem culpa do contratado
  - C) cancelamento discricionário de licença ambiental
  - D) não prorrogação de contrato administrativo por motivo de conveniência e oportunidade
  - E) perda do direito de dirigir por excesso de infrações de trânsito

67. Acerca do poder de polícia, analise as afirmativas a seguir:

- I. Enquanto o abuso de poder se dá por meio de atos discricionários, o desvio de poder ocorre apenas em atos vinculados.
- II. O poder de polícia pode ser exercido, na forma da lei, por diversos órgãos e instituições públicas, como, por exemplo, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.
- III. Há situações em que o poder de polícia pode ser preventivo ou repressivo, como também vinculado ou discricionário.

Assinale

- A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

68. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992) prevê que, durante a investigação dos atos de improbidade, a autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função. Nesse caso, é possível afirmar que o afastamento

- A) deverá ser, no máximo, de 180 (cento e oitenta) dias.
- B) se dará sem prejuízo da remuneração, se durar até 60 (sessenta) dias.
- C) ocorrerá com o prejuízo da remuneração, independentemente da respectiva duração.
- D) poderá ser, no mínimo, de 180 (cento e oitenta) dias.
- E) ocorrerá sem prejuízo da remuneração.



**CARGO: INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL – TIPO B**

69. Na responsabilidade civil decorrente dos atos praticados pela Administração Pública, a chamada responsabilidade subsidiária pode ser atribuída apenas

- A) à pessoa jurídica estatal.
- B) aos agentes públicos diretamente causadores do evento danoso.
- C) à vítima, quando a culpa for concorrente.
- D) aos agentes públicos indiretamente causadores do evento danoso.
- E) aos órgãos públicos.

70. A respeito do controle da Administração Pública, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, deverão dar imediata ciência ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.
- B) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- C) Na esfera federal, compete ao Tribunal de Contas da União apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- D) Assim como o Poder Legislativo, o Poder Judiciário também pode apreciar casos de controle externo da Administração Pública.
- E) A chamada autotutela tem estreita vinculação com os sistemas de controle interno da Administração Pública.

71. A respeito da revogação, da anulação e da convalidação do ato administrativo, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A Administração deve anular seus próprios atos, quando presente vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- B) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários prescreve em cinco anos, contados da data em que foram praticados, independentemente de boa-fé.
- C) Sempre que o servidor público já houver preenchido todos os requisitos legais para o gozo do direito adquirido, não poderá mais a Administração Pública revogar o respectivo ato de concessão.
- D) Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.
- E) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

72. No processo administrativo, é correto afirmar que

- A) o interessado não poderá desistir parcialmente do pedido formulado.
- B) o interessado poderá, mediante manifestação escrita, renunciar a direitos disponíveis.
- C) havendo vários interessados, a renúncia feita por um deles se estende aos demais.
- D) o interessado não poderá desistir totalmente do pedido formulado.
- E) a desistência ou renúncia do interessado, conforme o caso, prejudica o prosseguimento do processo, perdendo automaticamente o respectivo objeto.

73. Considere o seguinte comentário de CARVALHO FILHO: “São atos que a Administração está livre para expungir do mundo jurídico, fazendo cessar efeitos, em decorrência de um critério subjetivo meramente administrativo.” Nesse caso, o autor está se referindo a

- A) licenças e homologações.
- B) atos enunciativos.
- C) deliberações e provimentos.
- D) atos revogáveis.
- E) fatos administrativos.

**74.** De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992), são atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário:

- I. revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;
- II. celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária;
- III. transferir recurso a entidade privada, em razão da prestação de serviços na área de saúde, sem a prévia celebração de contrato;
- IV. celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;
- V. perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

Analise os itens acima e assinale

- A) se apenas o item I estiver correto.
- B) se apenas os itens II e IV estiverem corretos.
- C) se apenas os itens II, III e V estiverem corretos.
- D) se apenas os itens I, II e V estiverem corretos.
- E) se todos os itens estiverem corretos.

**75.** Se a Administração Pública, diante da inviabilidade de competição numa licitação, decidir fazer a contratação direta do particular, será um caso de

- A) dispensa de licitação.
- B) licitação dispensada.
- C) flagrante ilegalidade.
- D) inexigibilidade de licitação.
- E) licitação dispensável.

**76.** A Constituição Federal prevê que, nos Territórios Federais com mais de cem mil habitantes, além do Governador, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais. Nesse caso, se também for criada a Polícia Civil, ela será considerada um(a)

- A) autarquia pública.
- B) fundação pública.
- C) órgão estadual.
- D) órgão municipal.
- E) órgão da União.

**77.** Analise as afirmativas a seguir, a respeito dos elementos e pressupostos dos atos administrativos:

- I. Os pressupostos de existência do ato administrativo, como, por exemplo, o objeto, são indispensáveis para a existência de um ato administrativo.
- II. O motivo é um pressuposto formalístico de existência do ato administrativo.
- III. A finalidade é um elemento finalístico do ato administrativo, mas não é seu pressuposto de validade.

Assinale

- A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

**78.** Pela denominada Reforma do Judiciário, com a Emenda Constitucional 45/2004, estabeleceu-se que, no âmbito judicial e administrativo, seriam a todos assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Nesse caso, sob a ótica administrativa, tal determinação constitucional está relacionada predominantemente com o princípio da

- A) razoabilidade e a administração pública burocrática.
- B) moralidade e a administração pública gerencial.
- C) autotutela e a administração pública patrimonialista.
- D) eficiência e a administração pública gerencial.
- E) supremacia do interesse público e a administração pública burocrática.





79. Com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018), preencha corretamente as lacunas do período a seguir:

“O tratamento de dados pessoais \_\_\_\_\_ deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado \_\_\_\_\_.”

Assinale a alternativa que complete corretamente as lacunas acima.

- A) de crianças – simultaneamente por ambos os pais
- B) públicos – alternativamente pelos pais ou pelo responsável legal
- C) de crianças – pelos pais ou, subsidiariamente, pelo responsável legal
- D) sensíveis de crianças – por ambos os pais ou pelo tutor judicial
- E) de crianças – por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal

80. Os agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018), ficam sujeitos às seguintes sanções administrativas aplicáveis pela autoridade nacional:

- I. advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;
- II. multa diária não superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- III. publicação da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência;
- IV. suspensão por prazo indeterminado do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração;
- V. bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização.

Analise os itens acima e assinale

- A) se apenas o item I estiver correto.
- B) se apenas os itens II e IV estiverem corretos.
- C) se apenas os itens I, III e V estiverem corretos.
- D) se apenas os itens I, II e V estiverem corretos.
- E) se apenas os itens II, III, IV e V estiverem corretos.

**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

81. De acordo com o conteúdo, a forma, o modo de elaboração e a origem, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é corretamente ser classificada como

- A) material, escrita, histórica e democrática.
- B) formal, escrita, dogmática e democrática.
- C) formal, consuetudinária, histórica e outorgada.
- D) material, costumeira, dogmática e democrática.
- E) formal, escrita, histórica e democrática.

82. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- I. de um terço, no mínimo, dos membros do Senado Federal;
- II. de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros;
- III. de Ministro de Estado;
- IV. por iniciativa popular;
- V. do Presidente da República.

Analise os itens acima e assinale

- A) se apenas os itens I e III estiverem corretos.
- B) se apenas os itens II e IV estiverem corretos.
- C) se apenas os itens II e V estiverem corretos.
- D) se apenas os itens I e V estiverem corretos.
- E) se apenas os itens I e IV estiverem corretos.

83. É legitimado para propor a Ação Declaratória de Constitucionalidade

- A) o Advogado-Geral da União.
- B) um partido político.
- C) uma entidade de classe de âmbito nacional.
- D) o Presidente de um Tribunal Regional Federal.
- E) o Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

84. Ao instituto do júri penal é assegurado(a)

- A) a extensividade na defesa.
- B) o resguardo da votação.
- C) a autonomia dos veredictos.
- D) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
- E) a irrecorribilidade dos veredictos.



**CARGO: INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL – TIPO B**

**85.** São pressupostos procedimentais na edição de Medida Provisória

- A) a relevância e a urgência.
- B) as matérias relativas à organização do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- C) as matérias relativas às diretrizes orçamentárias.
- D) a matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.
- E) a necessidade de conversão em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, uma vez por igual período, para preservar sua eficácia.

**86.** A condenação por improbidade administrativa importará no(a)

- A) cassação dos direitos políticos.
- B) suspensão da função pública.
- C) confisco dos bens.
- D) prisão domiciliar.
- E) ressarcimento ao erário.

**87.** São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Aos índios também é reservado(a)

- A) a propriedade das terras por eles tradicionalmente ocupadas.
- B) o usufruto compartilhado das riquezas dos rios existentes em suas terras com a população ribeirinha dos arredores.
- C) a participação nos resultados da lavra das riquezas minerais realizada em suas terras.
- D) a competência para demarcar suas terras.
- E) a posse ilimitada das terras por eles tradicionalmente ocupadas.

**88.** Nos termos do art. 129 da Constituição da República Federativa do Brasil, é função do Ministério Público

- A) promover, privativamente, a Ação Civil Pública.
- B) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição.
- C) opinar sobre a decretação da intervenção federal.
- D) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta.
- E) realizar a consultoria jurídica do Poder Legislativo.

**89.** A ação popular pode ser proposta por

- A) qualquer brasileiro que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público.
- B) qualquer adulto residente no país, que vise suspender ato lesivo ao meio ambiente.
- C) qualquer cidadão brasileiro, que vise interromper ato lesivo à eficiência administrativa.
- D) qualquer cidadão que vise anular ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural.
- E) qualquer indivíduo que vise anular ato atentatório à dignidade da justiça.

**90.** A respeito da adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, é correto afirmar que poderão ser estabelecidos por lei ordinária do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de

- A) servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- B) ocupantes do cargo de agente penitenciário e de agente socioeducativo.
- C) servidores cujas atividades sejam exercidas com aparente e passageira exposição a agentes químicos.
- D) ocupantes do cargo de Guarda Municipal.
- E) ocupantes do cargo de professor.

**91.** Conforme prediz a Constituição, é um direito social

- A) o meio ambiente equilibrado.
- B) a proteção à juventude.
- C) a liberdade religiosa.
- D) a alimentação.
- E) a autodeterminação.



CARGO: INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL – TIPO B

92. A respeito dos Direitos Individuais e Garantias Fundamentais no sistema jurídico brasileiro, analise as afirmativas a seguir:

- I. Estão limitados ao rol que o constituinte estabeleceu entre os arts. 5º ao 17 da Constituição da República Federativa do Brasil.
- II. Incluem o disposto em tratados internacionais em que o Brasil seja parte.
- III. São intransmissíveis, irrenunciáveis, absolutos e suas normas definidoras têm aplicação imediata.
- IV. Não podem ser regulamentados por medida provisória.
- V. O poder reformador pode alterar um direito fundamental, desde que não afete o seu núcleo essencial.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas III, IV e V estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II, IV e V estiverem corretas.
- D) se apenas as afirmativas I, IV e V estiverem corretas.
- E) se apenas as afirmativas II, III e V estiverem corretas.

93. “Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público”, é utilizado o seguinte remédio constitucional:

- A) Habeas-Data.
- B) Habeas Corpus.
- C) Mandado de Segurança.
- D) Mandado de Injunção.
- E) Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.

94. A vedação à acumulação remunerada de cargos públicos se estende a

- A) dois cargos de professor.
- B) um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- C) um cargo de vereador com outro com carga horária compatível.
- D) um cargo em autarquia com outro científico.
- E) um cargo de professor com o cargo de magistrado.

95. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio do seguinte órgão:

- A) Polícia Comunitária.
- B) Guarda Municipal.
- C) Polícia Ferroviária Federal.
- D) Polícia Judiciária.
- E) Polícia Marítima.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

96. Com base no que rege a Lei Complementar 98, do Estado do Ceará, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Os policiais civis e os militares e os bombeiros militares estaduais requisitados para servir na Controladoria-Geral de Disciplina serão considerados, para todos os efeitos, como no exercício regular de suas funções de natureza policial civil, policial militar ou bombeiro militar.
- B) Os Conselhos de Justificação, de Disciplina e Processos Administrativos Disciplinares em trâmite nas corporações militares, na Secretaria da Justiça e Cidadania – SEJUS, e na Procuradoria Geral do Estado deverão continuar até sua conclusão, oportunidade em que, juntamente com os já arquivados nos últimos 5 (cinco) anos, deverão ser enviados para a Controladoria-Geral de Disciplina para as providências que couber, salvo os avocados pela Controladoria-Geral de Disciplina.
- C) Os servidores estaduais designados para servirem na Controladoria-Geral de Disciplina deverão, se militares ou policiais civis, possuir no mínimo 5 (cinco) anos de serviço operacional prestado na respectiva Instituição.
- D) Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, o Controlador-Geral de Disciplina poderá determinar diligências ou outras providências necessárias à adequada instrução, sem possibilidade de recurso; poderá ainda, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.
- E) Verificada a ocorrência de vício insanável da decisão, o Controlador-Geral de Disciplina ou o Governador declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração do novo processo.

97. De acordo com a Lei 12.124/93, **NÃO** é transgressão disciplinar de primeiro grau

- A) não residir na sede do município onde exerça sua função, ou dela ausentar-se sem a devida autorização.
- B) usar vestuário incompatível com o decoro da função.
- C) tratar de interesse particular na repartição.
- D) acionar desnecessariamente sirene de viatura policial.
- E) exhibir desnecessariamente arma, distintivo ou algema.



98. Com base no que reza a Constituição do Estado do Ceará, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Poder Executivo instituirá, na forma da lei, a Controladoria-Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário, de controle externo disciplinar, com autonomia administrativa e financeira, com objetivo exclusivo de apurar a responsabilidade disciplinar e aplicar as sanções cabíveis, aos militares da Polícia Militar, militares do Corpo de Bombeiro Militar, membros das carreiras de Polícia Judiciária, e membros da carreira de Segurança Penitenciária.
- II. O Conselho de Segurança Pública é órgão com funções consultivas e fiscalizadoras da política de segurança pública.
- III. O Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana é constituído por autoridades e por representantes da comunidade, com a incumbência de apurar violação a direitos humanos em todo o território cearense para posterior encaminhamento ao Ministério Público, a fim de que seja promovida a responsabilidade dos infratores.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

99. Com base na Lei 9.826/74 e suas atualizações posteriores, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) As faltas disciplinares cometidas pelo servidor após o decurso do estágio probatório e antes da conclusão da avaliação especial de desempenho serão apuradas por meio de processo administrativo-disciplinar, precedido de sindicância, esta quando necessária.
- B) Durante o estágio probatório, os cursos de treinamento para formação profissional ou aperfeiçoamento do servidor, promovidos gratuitamente pela Administração, serão de participação obrigatória e o resultado obtido pelo servidor será considerado por ocasião da avaliação especial de desempenho, tendo a reprovação caráter eliminatório.
- C) O ato administrativo declaratório da estabilidade do servidor no cargo de provimento efetivo, após cumprimento do estágio probatório e aprovação na avaliação especial de desempenho, será expedido pela autoridade competente para nomear, retroagindo seus efeitos à data do término do período do estágio probatório.
- D) O funcionário estadual que, sendo estável, tomar posse em outro cargo para cuja confirmação se exige estágio probatório, será afastado do exercício das atribuições do cargo que ocupava, com suspensão do vínculo funcional, mesmo em caso de acumulação lícita.
- E) Preso preventivamente, pronunciado por crime comum ou denunciado por crime inafiançável, em processo do qual não haja pronúncia, o funcionário será afastado do exercício, até sentença passada em julgado.



100. Segundo a Lei 12.124/93, analise as afirmativas a seguir:

- I. O integrante da Polícia Civil poderá ser autorizado a se afastar do exercício funcional sem prejuízo do vencimento, quando for realizar missão ou estudo em outro ponto do território nacional ou no estrangeiro.
- II. Progressão é a elevação do policial civil à classe imediatamente superior àquela em que se encontra dentro da mesma série de classes, da carreira a que pertencer, obedecendo a critérios de merecimento.
- III. Os servidores titulares de cargos em comissão ou função gratificada, quando da transmissão do cargo ou função por motivo de férias, devem proceder a inventário dos bens sob sua guarda, processos, inquéritos, expediente, sindicâncias e boletins, devendo o servidor que assumir apor o seu ciente e encaminhar cópias ao Delegado-Geral, ao Corregedor-Geral e ao Diretor do Departamento Administrativo-Financeiro.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.









